

APRESENTAÇÃO*

Após mais de vinte anos de investimentos sistemáticos da Faculdade de Serviço Social da Uerj, em prol da constituição e implementação de programas, núcleos, grupos, assim como projetos individuais, tanto de pesquisa quanto de extensão, ora são ofertadas ao público as contribuições de duas linhas de pesquisa – respectivamente, “Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social” e “Identidades, Cultura, Políticas Públicas e Serviço Social – dentre aquelas que compõem o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Uerj (PPGSS/Uerj).

A coletânea “Trabalho, Reprodução social e Serviço Social: desafios e utopias” reúne contribuições de docentes e estudantes egressos de nossos cursos de mestrado e doutorado, contando, ainda, com a contribuição de uma ex-aluna de Iniciação Científica e hoje mestranda de nosso programa e a de dois pesquisadores externos ao PPGSS/Uerj. Dessa maneira, a presente obra, que também expressa, parcialmente, o trabalho de duas décadas do PPGSS/Uerj, reúne oito capítulos, perfazendo um conjunto de textos, que, respeitando a riqueza da diversidade das pesquisas realizadas pelos autores, se articulam e formam uma unidade substancialmente crítica.

Em um primeiro momento, as contribuições dos autores se voltam para as transformações do mundo do trabalho, em um contexto neoconservador de aprofundamento exponencial do neoliberalismo. Portanto, de regressão de direitos e dos horizontes de possibilidade e civilidade para a vida social, notadamente para a reprodução da classe trabalhadora. Os três primeiros textos da coletânea, ao se debruçarem sobre transformações regressivas das relações e condições de trabalho na contemporaneidade, destacam distintas mediações para pensar a reprodução social das relações sociais capitalistas, a partir desse contexto neoconservador, colocando em relevo os impactos materiais e subjetivos sobre a classe trabalhadora e a sociabilidade de seus sujeitos. A classe trabalhadora é, assim, analisada e considerada a partir da sua heterogeneidade e diversidade internas. Da mesma forma, interessa problematizar e compreender como tais características são traduzidas em cotidianos desiguais de trabalho e vida, que definem condições de possibilidade e horizontes de futuro também assimétricos dos modos de ser e viver de homens e mulheres da classe trabalhadora.

* DOI – 10.29388/978-65-86678-15-4-0-f.17-26

O texto que abre a coletânea, de autoria de Rosângela Barbosa e Mossicléia Silva, anuncia as transformações no âmbito do direito do trabalho, advindas da reforma trabalhista regulamentada pela lei brasileira 13.467/2017, como sua cena histórica principal de análise. Contudo, como as autoras advertem, o texto busca não reiterar os riscos de uma análise “politicista” e, para tanto, conduzem a análise pelas veredas da crítica da economia política. As autoras ao centrarem a reflexão na demonstração do sentido social das mudanças da legislação do trabalho objetivam colocar em relevo a categoria “tempo de trabalho” como fundamento do valor e da valorização do valor. Logo, o aumento exponencial da exploração do trabalho, legitimado pela reforma trabalhista de 2017, deve ser compreendido a partir do movimento historicamente incessante do capital em avançar sobre os tempos pagos de não trabalho, reduzindo os direitos e as convenções sociais do trabalho. Da mesma forma, as autoras evidenciam que as transformações das bases materiais e simbólicas de separação entre tempos de trabalho e de não trabalho embaralham as fronteiras temporais e físicas do lócus da jornada de trabalho, apagando os rastros da extração do trabalho excedente, como atestam, por exemplo, as formas contemporâneas de *home office* e de pronta disponibilidade da força de trabalho para as formas intermitentes de trabalho. Ao se apropriar produtivamente de porções crescentes do tempo de trabalho, aumentando a extração do seu tempo excedente, o capital inversamente diminui o tempo socialmente necessário à reprodução da força de trabalho. De igual modo, o texto demonstra que, ao modificar e aumentar as formas de controle, disciplinamento e ingerência sobre os tempos e as práticas da reprodução da força de trabalho, o capital avança no sentido da coisificação da reprodução social, inserindo, de forma também crescente, o tempo livre do trabalhador no circuito econômico do valor.

O próximo capítulo, de autoria de Carolina Brito, Carla Almeida e Guilherme Almeida, tendo como ponto de partida a definição do conceito de divisão sexual do trabalho, questiona as formas cisnormativas e heteronormativas de se pensar gênero e trabalho. O texto enfatiza que existem formas diversas e heterogêneas de ser classe trabalhadora e, sobretudo, destaca o reconhecimento de que esta diversidade é vivida como desigualdade no interior da divisão sexual do trabalho.

O capítulo aborda temática de indubitável importância e, pode ser dito, recentemente explorada pelos estudos acadêmicos, uma vez que, além de trazer reflexões sobre o conceito de divisão sexual do trabalho, discute sua articulação com o direito ao trabalho de pessoas trans. Considerando algumas das sérias implicações do atual cenário no âmbito trabalho, focaliza as experiências labo-

rais trans. Nessa abordagem, não apenas situa a contradição entre o capital e o trabalho, mas, sem negá-la, evidencia aspectos da vida social que a atravessam. Os autores formulam críticas a estudos feministas cujos limites na abordagem da divisão sexual do trabalho e da relação dela com a diversidade de gênero os fragilizam. Sem demérito da materialidade corporal, explicitam que as identidades trans compõem e ampliam a heterogeneidade de gênero e de classe. Por conseguinte, não nos permitem desconsiderá-las em face da divisão sexual do trabalho. Nessa lógica de raciocínio, o capítulo traz para o centro da discussão as formas desiguais com que trabalhadores e trabalhadoras transgêneros vivem as condições e relações de trabalho capitalistas, em contextos interseccionados por diferentes hierarquias de forte normatividade das relações sociais de sexo e gênero. As formulações críticas do capítulo contribuem, assim, para análises que contemplam a articulação entre classe e gênero.

O terceiro capítulo, de autoria de Diego Souza, Ana Inês Melo e Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, coloca a saúde do trabalhador no centro da análise para problematização do processo mais amplo da precarização social da força de trabalho, enfatizando as diferenças de sua compreensão como “questão” e como “campo”. Cabe destacar que o esforço teórico do texto visibiliza uma das particularidades centrais da mercadoria força de trabalho: o trabalho em potência que a força de trabalho carrega como sua principal propriedade, a que lhe restou dos processos históricos de expropriação e que expressam a “nudez” de sua liberdade, só se realiza mediante a subordinação da força de trabalho ao capital. Contudo, essa potência de trabalho não se separa do corpo do trabalhador e da trabalhadora e este não é uma porção de matéria flexível e de potência infinita para livre disposição e apropriação pelo capital, colocando limitações à exploração capitalista. Todavia, esse é um processo social e historicamente construído. Isto é, o que se entende, se pratica e se regula como “saúde” e “saúde do trabalhador” é fruto das relações sociais e, a partir dessas, da luta de classes, notadamente da configuração dessas lutas em sociedades dependentes, periféricas e com trajetórias violentas, informais e precárias de exploração do trabalho, como a brasileira.

Em tempos de acumulação flexível, o texto analisa que o capital pode desregular e até prescindir da forma emprego – uma construção histórica e política nascida das lutas da classe trabalhadora –, mas não do trabalho, fonte da produção social da riqueza e de todo o valor e mais-valor gerado. Contudo, tal dependência ocorrerá reproduzindo de forma ampliada as contradições capitalistas, notadamente os efeitos da precarização das condições de trabalho e da reprodução social da força de trabalho, através da intensificação e diversificação

das condições de exploração, da desregulamentação das formas de proteção social e dos direitos do trabalho, da introdução de novas tecnologias no cotidiano do trabalho e da vida, como as tecnologias de informação e comunicação, associadas à ideologia do empreendedorismo em tempos de desemprego e que se assenta sob o discurso de maior autonomia e liberdade frente às condições de realização do trabalho. Nesse sentido, os autores demonstram que tanto a “questão” da saúde dos trabalhadores, quanto o “campo” da Saúde do Trabalhador são afetados estrutural e conjunturalmente pela precarização social do trabalho. Logo, a conclusão do texto, estabelece um horizonte de práxis emancipadora para o devir da “questão” da saúde dos trabalhadores e do “campo” da Saúde do Trabalhador: superar não apenas a precarização, mas a precariedade estrutural própria ao trabalho abstrato.

Dando sequência à exposição dos capítulos, a coletânea se desdobra voltando-se mais especificamente para expressar as distintas possibilidades e transformações atuais da realidade social, em que o Serviço Social se insere e se expressa a partir de um referente comum – a produção e reprodução das relações sociais. Assim, não perdendo de vista o trabalho como categoria central, os capítulos que se seguem conduzem suas reflexões de forma a estabelecer uma densa malha de referências históricas e fundamentos teórico-práticos e éticos que se relacionam ao campo dos fundamentos do Serviço Social e ao fortalecimento de um projeto classista socialmente emancipador. Esta perspectiva se materializa no reconhecimento da trajetória histórica que tornou possível explicar o Serviço Social como trabalho, tendo a questão social como seu objeto de intervenção, mediada pelos diferentes âmbitos institucionais da política social e das práticas da sociedade. Cabe destaque às Diretrizes Curriculares propostas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), em meados dos anos 1990. De diferentes formas e com ênfases distintas, os capítulos que se seguem buscam dialogar com essa parte importante da memória e da história do Serviço Social. Ao refletirem sobre os desafios e as lutas que se interpoem histórica e contemporaneamente à profissão, os autores e autoras se debruçam sobre as expressões atuais das práticas e ideologias capitalistas neoconservadoras, que aprofundam o disciplinamento da vida cotidiana dentro de horizontes de ampliação das práticas de violência, opressão e exploração voltadas à classe trabalhadora, notadamente de seus vastos e crescentes segmentos sociais mais empobrecidos e com vidas inseguras e precárias.

O capítulo elaborado pelas autoras María Fernanda Escurra e Marilda Yamamoto, considerando a relevância de determinados debates para o enriquecimento da área de fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço

Social, aborda a categoria “trabalho”, alicerçado na obra de Karl Marx, intitulada *Crítica da Economia Política*, haja vista sua pertinência para a análise do exercício profissional do assistente social. Isso, particularmente, se tivermos em conta as implicações da relação flexibilidade/precarização/terceirização, que, evidenciando escancarada perda de direitos dos trabalhadores em geral, tornou-se presente na profissão de maneira tão recrudescida, que se pode avaliar certo ineditismo nessa área. Por meio de rigorosos e sólidos argumentos analíticos, o texto explicita importantes questões, favorecendo a superação da tendência predominante de a profissão focalizar o processo de trabalho de modo circunscrito ao trabalho concreto, embaçando as profundas implicações que tal atividade incorpora na sociedade capitalista. Dessa maneira, o capítulo destaca a questão do valor, o que, conseqüentemente, embasa as discussões referentes ao assalariamento e à autonomia relativa dos assistentes sociais. Recorrendo a diferentes obras do campo marxista — inclusive, a produções de autores do Serviço Social, e, em especial, de Marilda Yamamoto, nos capítulos III e IV do livro intitulado *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche* —, as autoras discutem a indissociabilidade do valor de troca da realidade capitalista e, por conseguinte, a sociabilidade sob a égide do capital. Uma temática cuja importância é incontestável para os estudiosos das Ciências Sociais em geral, e, portanto, para o Serviço Social, especialmente, neste período de flagrante avanço das forças sociais neoconservadoras na sociedade brasileira, o que viola os princípios fundamentais construídos na área do Serviço Social, que são fruto de reflexões e conquistas teórico-práticas da profissão no Brasil, com reconhecida incidência internacional.

O capítulo seguinte se soma à preocupação em incidir sobre contribuições à formação profissional em Serviço Social e, a partir das formulações do pensamento de Henri Lefebvre, evidencia a necessidade de se pensar de forma mais ampla a reprodução das relações sociais.

Dessa maneira, as autoras, Daniele Brandt, Isabel Cardoso e Mônica Beveder, abordam a obra de Henri Lefebvre, analisando a significativa contribuição do pensamento desse autor, em face da importância da apreensão crítica das relações sociais na atualidade capitalista. Assim, nos possibilitam captar que a potência e a pertinência desse pensamento são indubitáveis, particularmente, no campo marxista, uma vez que nos permite evitar de cairmos em “armadilhas” que nos desviem da indispensável captação da realidade em sua dinamicidade e contradição. Com o rigor que se espera de pesquisadores, as autoras do presente texto abordam aspectos fundamentais do pensamento lefebvreniano — tais como: re-produção das relações de produção, vida cotidiana, produção

social do espaço e do fenômeno urbano —, destacando a dimensão contraditória (dialética da práxis), que suscita e traça o rumo do devir histórico, evidenciando, portanto, que a totalidade social é construção histórica, fruto de movimento (humano) dinamicamente aberto ao infinito. Isso, além de significar contraponto à vulgarização do marxismo, mostra a riqueza e o desafio contidos no pensamento de Lefebvre e a pertinência da sua apropriação pelo Serviço Social, haja vista oportunizar a apreensão e o trato da realidade social de maneira rigorosa pela profissão. Neste texto, ao buscar dialogar com a formação profissional do Serviço Social, encontram-se relevantes fundamentos e conceitos, tanto para o campo do saber quanto da ação profissional do Serviço Social, especialmente para a construção crítica do conceito de território, termo recorrente, como afirmado no texto, nas referências normativas e legais das políticas sociais.

O capítulo que se segue, de autoria de Valeria Forti e Thamires Santos, traz resultados parciais de pesquisa realizada no sistema penal, por meio de um dos seus subprojetos que se volta à experiência de estágio supervisionado nesse âmbito de atuação do Serviço Social. Sendo assim, as autoras, reportando-se ao sistema penal como um dos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, objetivam suscitar reflexões sobre a relação entre a formação e o trabalho profissional. Resgatam, em uma perspectiva histórica e teórico-acadêmica, tanto a inserção e o percurso da profissão de Serviço Social no passado e no presente quanto sua articulação às requisições postas pelo Estado brasileiro em diferentes conjunturas, considerando o Serviço Social como especialização do trabalho coletivo e demarcando sua participação específica no processo de produção e reprodução das relações sociais.

Particularmente, as autoras se detêm no espaço sócio-ocupacional do Serviço Social no sistema penal para evidenciar as inflexões importantes que esse lócus da ação profissional experimenta na última quadra histórica, marcada pela crise estrutural do capital e pelos processos e estratégias de mundialização, contrarreforma do Estado e de práticas neoliberais. Assim, ao colherem as características assumidas pelo Estado no que concerne ao sistema penal, observam como este está distante da efetivação de direitos sociais, marcado pelo definhamento dos mecanismos de proteção social e que lhe conferem o estatuto de um “Estado penal” – o controle punitivo se impondo como regulador da insegurança social em meio ao crescimento das desigualdades sociais.

Nos marcos econômico-políticos mencionados e a partir dos traços punitivos sobrelevados pelo Estado em detrimento da proteção social frente as desigualdades sociais, as autoras caracterizam as condições de trabalho do Ser-

viço Social no sistema penal, constituindo o solo sob análise, no qual a formação profissional de estudantes do Serviço Social se desenvolve. A experiência de estágio curricular é, então, capturada, a fim de conhecer a percepção de estagiários sobre suas características e qualidade frente ao projeto profissional do Serviço Social. Os resultados da pesquisa, ainda que demonstrem referências e alinhamentos aos fundamentos e balizas do projeto profissional crítico do Serviço Social, descortinam um contexto marcado por condições e relações de trabalho precárias e adversas em um espaço sócio-ocupacional no qual se exacerbam as desigualdades sociais, demarcando questões ao Serviço Social, especialmente em relação à formação profissional.

A criminalização e a exacerbação do poder punitivo do Estado, em detrimento da proteção social, não são exclusivas do sistema penal. Ao contrário, esta perspectiva também comparece em outras políticas sociais, como, por exemplo, no campo da Saúde Mental e aqui, especificamente, na Política para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas. Este é o caminho analítico desenvolvido por Raquel Coelho Correa de Araujo e Marco José Duarte ao abordar as Comunidades Terapêuticas, no sétimo capítulo, com a discussão das implicações do contexto neoconservador, para os retrocessos e refluxos da agenda progressista construída a partir das lutas e propostas da Reforma Psiquiátrica, no país. Relembrando a pauta da Saúde Mental na agenda das políticas de saúde, são evidenciadas as normativas de cuidado e da atenção psicossocial, concebidas em uma perspectiva ampla de saúde, democrática, ética e cidadã, que advogou e advoga pela desinstitucionalização do cuidado.

De fato, os autores problematizam e fazem a crítica à tendência a uma ênfase centrada no poder punitivo alçado pelas Comunidades Terapêuticas, incorporadas pelo Estado brasileiro e que retrocedem a política de Saúde Mental, no que se refere à atenção ao uso de álcool e drogas, ao seu passado manicomial. Mais que isto, realimenta a criminalização dos usuários de drogas, conferindo-lhes medidas punitivas mais próximas a práticas de atuação criminal em detrimento de políticas de Saúde.

A partir do aporte da criminologia crítica, da lógica da garantia dos direitos humanos e dos avanços próprios ao campo da Saúde Mental, a problematização dos autores é um convite a um olhar e uma atuação críticos diante da perspectiva de penalidade, aprisionamento e criminalização dos usuários de álcool e outras drogas. Ademais, convida não só aos profissionais de Serviço Social, mas também aos demais, à reflexão e a ações que considerem as implicações éticas e políticas que demarcam a perspectiva das Comunidades Terapêuti-

cas e que se afastam, decisivamente, dos interesses e necessidades de saúde e de uma perspectiva emancipadora dos sujeitos sociais destas políticas.

Complementando as contribuições desta coletânea, não poderíamos deixar ausente uma perspectiva que considerasse o trabalho do assistente social de forma articulada ao significado social da profissão e ao seu compromisso com os usuários concebidos como sujeitos sociais e políticos nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social e nas distintas políticas sociais. Esta é a perspectiva da contribuição de Cleier Marcosin e Maria Beatriz Abramides que, ao realizar o necessário resgate histórico e teórico dos caminhos da profissão e de sua formação no país, enfatizam o lugar e centralidade das relações do Serviço Social com os movimentos sociais.

Revisitando a trajetória histórica do Serviço Social, o texto evidencia tendências, avanços e recuos do próprio Serviço Social no movimento de pensar e repensar a si mesmo e sua formação profissional a partir da relação com os movimentos sociais enquanto práxis de conhecimento e de intervenção. Demarca, assim, momentos importantes de inflexões que incidiram na trajetória e nas tendências históricas da profissão, evidenciando marcos importantes desde os anos 1970, mas que ganharam relevo, efetivamente, a partir dos anos 1980, notadamente nas esferas da formação e da organização profissionais.

Dessa forma, os dois últimos processos de revisão curricular, iniciados no final da década de 1970 e nos anos 1990 – esse último em vigor até hoje através das Diretrizes Curriculares da formação em Serviço Social –, são ambos herdeiros da vertente crítica do Movimento de Reconceituação do Serviço Social e adquirem centralidade na análise das autoras. São analisados dispositivos e fundamentos curriculares construídos pela profissão nas referidas trajetórias curriculares e problematizada a importância da produção teórica sobre os movimentos sociais, a exemplo da contribuição do Grupo de Trabalho e Pesquisa sobre Movimentos Sociais da ABEPSS, além da construção de referências práticas e políticas de intervenção do Serviço Social junto aos movimentos sociais. Ainda que permaneçam em vigência e representem o conjunto de avanços adquiridos neste processo, as autoras não deixam de advertir, ao longo do texto, sobre continuidades e rupturas com o conservadorismo, produzidas pelos contextos sócio-históricos, na trajetória do Serviço Social brasileiro, as quais engendram, portanto, distanciamentos e aproximações da profissão com os movimentos sociais. A partir da relação entre profissão e movimentos sociais, o texto contribui e chama, então, para a reflexão sobre o legado, os desafios e o devir histórico do Serviço Social como trabalho, em tempos neoconservadores, ao conceber o projeto teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social

como parte indissociável da práxis utópica de afirmação de um projeto societário da classe trabalhadora.

Desejamos que a presente coletânea suscite uma leitura prazerosa e substancialmente crítica, haja vista a imprescindibilidade de captarmos e nos de-frontarmos com os inúmeros e significativos desafios históricos do momento presente em prol da construção de contribuições profissionais que rumem para superá-los. Em tempos neoconservadores que atacam a legitimidade do pensamento científico, em especial o campo das Ciências Sociais e Humanas, a organização dessa coletânea expressa um ato de resistência acadêmica do pensamento crítico do Serviço Social, elaborado no âmbito da universidade e da pós-graduação.

As organizadoras

